



Michael Asher. *Installation Münster (Caravan)*, 1977. Vista da instalação, Skulptur Projekte, Münster, estacionado na posição referente à quarta semana, entre 25 de julho e 1º de agosto, Alter Steinweg, em frente ao Kiffe-Pavilion, parquímetro n. 274 ou 275. Foto: Rudolf Wakonnig. À direita: Michael Asher. *Installation Münster (Caravan)*, 1987. Vista da instalação, Skulptur Projekte, Münster, estacionado na posição referente à quarta semana, entre 29 de junho e 6 de julho, Alter Steinweg, em frente ao Kiffe-Pavilion, parquímetro n. 2.200. Foto: Christiane Forster.

Em torno da *instituição* e da *crítica* de Andrea Fraser

Gisele Ribeiro

O artigo que apresentamos, por motivo da publicação de sua tradução nas páginas a seguir, é texto crucial, tendo em vista a necessária retomada da atividade crítica realizada por artistas em momento no qual a relação entre arte e política ou arte e “esfera pública” tem ocupado grande parte das discussões no campo.

A retomada e revisões de determinadas produções constituem procedimento fundamental no campo da arte, já que são grandes as pressões que levam à redução e consequente rápida superação de atividades e teorias. Com o modernismo, experimentamos uma aceleração no processo de assimilação de tudo que surge no terreno artístico, a ponto de tornar-se uma das características básicas da arte moderna a “superação” ou o “novo” como valor. Que tal aceleração tenha como fundo o avanço do capitalismo e sua incessante necessidade de mercadorias, muitos já apontaram. Por conseguinte, ainda que distanciados da lógica moderna do “choque do novo” e operando em terreno de simultaneidades, de coexistência de diferentes produções prático-teóricas, persiste no campo, como um dos sintomas mais comuns da redução de uma prática a um mero produto do mercado de arte, a categorização de atividades em gêneros e subgêneros. Assim, o que seria uma ação involucrada na crítica à instituição “arte” acaba por tornar-se um gênero, como tantos outros, facilmente superável (tanto mais por incomodar a instituição). Desse modo, a crítica institucional, ou IC (de *Institutional Critique*), teve destino igual ao de outras práticas: engavetamento. Reabrir a discussão proposta por essas práticas, tal como no caso da arte conceitual, é resistir ao arquivamento e a sua fácil assimilação como mercadoria, não mais como problema específico de objetos/ produtos vendáveis (acusação constante contra as práticas conceituais), mas como produto simbólico. Essa visão motiva tanto o artigo apresentado, publicado originalmente na revista *Artforum* em setembro de 2005, como sua tradução agora, em 2008, nesta edição de *Concinnitas*.

O texto “Da crítica às instituições a uma instituição da crítica”, da artista Andrea Fraser, cuja prática é associada com a crítica à instituição da arte, pode ser entendido, portanto, como uma espécie de réplica às alegações correntes de que a crítica institucional se teria “institucionalizado”. Tratando primeiro da redução do termo, Fraser retoma o momento de sua “nomeação”, vinculando sua própria assinatura à primeira aparição do termo em publicação. Embora essa sua inscrição na história da crítica institucional seja um dos pontos fracos do texto, por deixar transparecer apego à lógica historiográfica de “quem foi o primeiro a...”, a ambigüidade representada por essa inserção é impor-

tante para os argumentos que se seguem. Entre lisonjeada e envergonhada, Fraser se responsabiliza por fazer parte do processo de redução e simplificação daquilo que vinha sendo uma atividade complexa. Essa autocrítica (por ambígua que seja) recoloca a prática artística como também responsável, e nunca passiva, diante dos movimentos da instituição. Isto é, os artistas são – também – a instituição, queiramos ou não.

Tanto em suas ações quanto em seus textos, Andrea Fraser demonstra grande atenção aos distintos aspectos do sistema da arte, incluindo, portanto, os muitos papéis que aí atuam. Seja nas famosas *performances*, *Museum Highlights: A Gallery Talk* (1989) e *Untitled* (2003), ou *May I Help You?* (1991) e *Services* (1994-2001), seja em artigos como *How to Provide an Artistic Service: An Introduction* (1994) e *In and Out of Place*, sobre o trabalho de Louise Lawler (1985), a artista investiga as funções e os posicionamentos dos segmentos envolvidos na constituição dessa instituição, mediante diversos tipos de ação e pontos de vista, colocando os “serviços”, prestados atualmente também pelos artistas, sob o mesmo foco crítico que um dia mereceram os “objetos” de arte.

Respondendo então às acusações de “institucionalização” e obsolescência das práticas críticas em tempos nos quais museus e mercados estão por toda parte e engolem toda experiência, Fraser retoma conceitos básicos por trás da atividade de artistas que trabalhavam nesse enquadramento, como Michael Asher, Marcel Broodthaers, Daniel Buren e Hans Haacke, e os confronta com a idéia de que “a crítica institucional opõe a arte à instituição ou supõe que práticas artísticas radicais podem existir, ou algum dia existiram, fora da instituição da arte antes de serem ‘institucionalizadas’ pelos museus”. Os escritos e trabalhos desses artistas, analisados cuidadosamente pela autora, desmentem tal presunção e revelam a passagem de uma noção de “instituição” como espaço físico para outra muito mais fluida, abarcando todo o “campo da arte como universo social”.¹ A instituição não pode, portanto, ser pensada como algo externo ao trabalho ou ao artista – que um dia os assimilaria; a instituição é a “condição irredutível” da existência do trabalho “como arte” e está internalizada tanto nas mentes dos artistas, curadores, críticos, galeristas, historiadores, colecionadores quanto na dos visitantes da arte, seja em museus, na internet ou na rua. E, respondendo finalmente à pergunta-chave “a crítica institucional foi institucionalizada?”, a autora conclui: “a crítica institucional sempre foi institucionalizada. Só poderia ter surgido *de dentro* e, como toda arte, só pode funcionar *dentro* da instituição arte”. A negação dessa participação implica acreditar na separação entre esfera artística e demais esferas públicas, divisão essa tão própria dos que insistem na mitificação da arte e/ou buscam mascarar seus interesses econômicos e sociais. Tais conclusões são grandes contribuições do texto para o debate sobre a premente possibilidade de atuarmos criticamente dentro do campo artístico.

Com relação à percepção do que seriam as metas (ou efeitos pretendidos) dos movimentos de vanguarda, contudo, levantaríamos algumas dúvidas. Baseando-se no conhecido, embora recém-editado em português, livro de Peter Bürger *Teoria da vanguarda*, Fraser

1 Essa e outras afirmações são exemplos da afinidade entre a autora e as teorias de Pierre Bourdieu, que assina o prefácio de seu livro: Andrea Fraser, Alexander Alberro (ed.), *Museum Highlights: The Writings of Andrea Fraser (Writing Art)*, Cambridge: The MIT Press, 2005.

tenta diferenciar as atividades da crítica institucional e a autocrítica levada a cabo pela “vanguarda”, atribuindo-lhe, genericamente, intenções comuns como a superação da arte e sua completa integração à “vida prática”, ambas, segundo Bürger e Fraser, fracassadas. A projeção de expectativas radicalmente libertadoras por parte de Bürger com relação aos objetivos e estratégias das vanguardas não deixa de reproduzir igual decepção frente ao pretense fracasso da crítica institucional denunciada por Fraser no início de seu artigo. A generalização de distintas práticas, assim como dos diversos atos realizados pelas vanguardas, serve a tal frustração. Em todo caso, se o reconhecimento do fracasso frente à impossível fuga das determinações institucionais, e suas conseqüências, não tem *origem* na crítica institucional, não importa; o que, sim, interessa é que esta o reafirma e, assim sendo, entende que a “institucionalização” da crítica não inviabiliza a crítica à instituição.

Gisele Ribeiro é artista, professora da UFES e doutoranda em *Nuevas prácticas culturales y artísticas*, na Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca, Espanha. / gisele.b.ribeiro@uol.com.br